

---

LOPES DA SILVA, Aracy; LEAL FERREIRA, Mariana Kawal (Org.). *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*. São Paulo: Global, 2001. 398 p.

*Luciane Ouriques Ferreira*

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil*

O livro *Antropologia, história e educação: a questão indígena e a escola*, organizado por Aracy Lopes da Silva e Mariana Kawal Leal Ferreira, constitui-se numa coletânea de artigos etnográficos, elaborados por vários autores, que trazem experiências de escolarização vivenciada por diferentes grupos indígenas do Brasil, ao mesmo tempo que colocam em discussão os diferentes aspectos implicados neste processo, a partir do ponto de vista antropológico, histórico e também lingüístico.

Partindo do diálogo interétnico e intercultural estabelecido entre índios e não-índios, este livro pretende ser uma contribuição na busca de uma educação sensível à diversidade sociocultural e às questões de alteridade. Aqui a escola apresenta-se como um espaço, tanto de “confrontos interétnicos”, quanto de “criação de novas formas de convívio e reflexão no campo da alteridade”.

Trata-se de uma discussão atual sobre o processo de escolarização dos/entre os povos indígenas, que parte de um diálogo interdisciplinar e inter-institucional, levando a avanços no que diz respeito à conquista do emergente movimento indígena brasileiro, por uma educação diferenciada que visa a autonomia política e econômica desses povos frente à sociedade nacional. Ao mesmo tempo, aponta os impasses enfrentados por este projeto, na contradição entre os direitos garantidos legal e institucionalmente que culmina na Constituição de 1988 e as realidades relacionais das escolas nas aldeias indígenas, bem como as dificuldades da implantação do projeto de educação diferenciada diante da ação homogeneizadora do Estado.

O livro está organizado em quatro partes: a) educação, Antropologia e diversidade; b) história, conhecimento e estética; c) projetos de autonomia e educação indígena; e d) questões de lingüística indígena.

Na primeira parte que se refere à educação, à Antropologia e à diversidade, é levantada a discussão sobre as possibilidades de analisar a questão da educação indígena a partir da teoria antropológica. Aí também são retomadas as formas com que a diversidade sociocultural e a autonomia indíge-

na foram abordadas, em diferentes momentos históricos, pelas políticas voltadas para educação dos povos indígenas no Brasil.

No primeiro capítulo, de Aracy Lopes da Silva, é analisado o tema da escolarização intercultural bilíngüe dos índios à luz das teorias antropológicas contemporâneas da etnologia sul-americana.

Já o segundo é elaborado por Antonella Maria Imperatriz Tassinari, a partir da sua experiência com o grupo indígena Karipuna, Amapá. A autora propõe que a escola indígena seja considerada teoricamente como “fronteira”, por constituir-se num espaço que possibilita tanto o trânsito, a articulação e a troca de conhecimentos, como também o confronto e a redefinição das identidades dos agentes e grupos sociais envolvidos nesse processo – índios e não-índios – constituindo-se assim, num lugar de emergência e construção de diferenças étnicas.

No terceiro capítulo, Mariana Kawal Leal Ferreira procura traçar um perfil da educação formal em áreas indígenas no Brasil, demonstrando que o objetivo do Estado brasileiro de integrar os índios à sociedade nacional é incompatível com os ideais de autodeterminação dos povos indígenas. Para tanto, a autora divide a história da educação escolar entre povos indígenas em quatro fases: a) catequese e educação a serviço do aniquilamento cultural no Brasil colônia; b) a integração dos índios à comunhão nacional, do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) a Fundação Nacional do Índio (Funai), Summer Institute of Linguistics (SIL) e outras missões religiosas; c) a formação de projetos alternativos de educação escolar: da participação de organizações não-governamentais aos encontros de educação para índios; d) experiências de autoria: da organização do movimento indígena aos encontros de professores índios.

O último capítulo, de Gersem Luciano dos Santos, narra a experiência desenvolvida em São Gabriel da Cachoeira (AM), avaliando as possibilidades e desafios enfrentados por essa administração durante o processo de criação de uma política pública municipal de educação escolar indígena,

Apesar da segunda parte – História, conhecimento e estética – conter dois textos que privilegiam a história da escola em universos indígenas específicos, todos os artigos reconstituem, mesmo que resumidamente, o processo histórico pelo qual a escola foi introduzida/incorporada no cotidiano das populações indígenas. O pressuposto é que, para compreendermos a situação atual da escola indígena e os seus desdobramento, faz-se necessário o conhecimento de tais processos.

O primeiro artigo da segunda parte, de Marta Rosa Amoroso, aborda o caráter de ação catequética da educação desenvolvida pela Ordem Menor dos Padres Capuchinhos, durante o século XIX, nos aldeamentos *Kaingang* do Paraná, que teve como objetivo transformar a população indígena em trabalhadores nacionais, contribuindo assim, para a construção da nação brasileira.

No segundo capítulo, Antonella Maria Imperatriz Tassinari reconstitui a história escolar dos povos indígenas do Uaçá, visando ilustrar como a escola e as ideologias veiculadas pela mesma são apropriadas pelos grupos indígenas, constituindo-se em um elemento importante na construção de sua identidade étnica.

Os dois últimos artigos, de Lux Vidal, discutem, por um lado, como a estética dos povos indígenas do Oiapoque é expressiva da concepção e dos conhecimentos desses povos sobre o mundo, inclusive refletindo a sua identidade étnica de “índios misturados”; por outro, pontua a relação existente entre a estética Xikrin e os processos cognitivos e simbólicos através do mapeamento socioambiental das cores e as suas representações em uma comunidade Kayapó, Pará.

Na terceira parte – Projetos de autonomia e educação indígena – são descritos processos educativos que acontecem em contextos multiétnicos e que transcendem o aspecto formal da educação escolar indígena, na medida em que esses processos estão articulados a dimensões mais amplas da experiência dos povos indígenas aqui referenciados.

No primeiro artigo, Isabele Vidal Giannini reflete sobre a dimensão educativa do processo de construção do projeto comunitário de manejo socioambiental da área indígena Xikrin do Cateté, já que possibilita aos indígenas a vivência de novas formas de exploração e gestão de propostas, colocando-os em contato com as várias dimensões implicadas na implementação de um projeto de desenvolvimento, somados a necessidade de dar conta da “rede de relações” e da diversidade de fronteiras existentes entre o grupo indígena e os diversos agentes não-índios com os quais os mesmos interagem.

O segundo capítulo, de Cássio Noronha Inglez de Souza, aborda o significado e a importância da educação escolar para os Kayapó-Gorotire, avaliando como esta experiência se articula ao contexto de aprendizagem intercultural mais amplo, bem como busca analisar o papel que a escola (como uma instituição incorporada e ressemantizada pelo grupo indígena e

por isso uma instituição indígena), desempenha nas relações que esse grupo indígena mantém com os agentes da sociedade nacional. Nesse sentido, o processo de aprendizagem presente nas interações interétnicas ao longo de uma trajetória histórica, constitui-se em um contexto relacional multifacetado, polifônico e dinâmico.

O terceiro artigo, elaborado por Iara Ferraz, relata a experiência de criação do projeto “Escola Nova”, idealizado pelos *Parkatêjê* do Posto Indígena de Mãe Maria, do Pará, como alternativa à escola construída pela Funai e possível caminho para a autonomia econômica e política do grupo, em que a escolha cultural de preservação e reelaboração do conhecimento indígena pode ser orientada para mediar as tensões internas geracionais, desencadeadas pelo contato interétnico.

O primeiro capítulo da quarta parte – “Questões de lingüística indígena” –, de Maria Elisa Laderia, propõe uma reflexão sobre o uso e o lugar da escrita entre um povo ágrafo, os Timbira do Tocantins e Maranhão, possuidores de uma cultura oral. A autora aponta, por um lado, para a existência de noções e valores culturais que orientam o uso dos textos escritos entre os Timbira; e por outro, evidencia as influências da oralidade, ou seja, das normas lingüísticas da fala, na construção destes mesmos textos escritos.

Os dois capítulos finais – o primeiro de Maria Amélia Reis da Silva e André Pablo Salanova e o segundo de Eliane Camargo e Célia Nhii –, abordam a questão da construção de ortografias para línguas orais entre os Megêngôkre, Minas Gerais e Sul do Pará; e entre os Caxinauá. Levantam também, a discussão sobre o papel da assessoria lingüística na construção de uma escola diferenciada para grupos indígenas.